

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 52/XIV/2.ªSL

Aos 14 dias do mês de abril de 2021, pelas 10 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

[formato presencial e por videoconferência]

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Nomeação de Deputado relator para a elaboração de parecer sobre o Relatório Anual de 2020 quanto ao funcionamento da Base de Dados de Perfis de ADN;**
3. **Anúncio de projetos de voto que baixaram à Comissão;**
4. **Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**

A) **Projeto de Lei n.º 706/XIV/2.ª (PS) - Delimita as circunstâncias em que deve ser removido ou impossibilitado o acesso em ambiente digital a conteúdos protegidos, bem como os procedimentos e meios para alcançar tal resultado;**

Relatora: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)

B) **Projeto de Lei n.º 720/XIV/2.ª (BE) - Medidas de proteção das Vítimas de Violência Doméstica no âmbito dos direitos laborais, da Segurança Social e da Habitação. (9.ª alteração ao regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas, aprovado pela lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, e 2.ª alteração ao regime de concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica, aprovado pela lei n.º 104/2009, de 14 de setembro);**

Relatora: Deputada Elza Pais (PS)

C) **Parecer sobre os Projetos de Lei n.ºs 768/XIV/2.ª (CDS-PP): - Consagra a natureza de crimes públicos dos crimes de ameaça e de coação, adequando-os ao crime de violência doméstica (quingüésima terceira alteração ao Código Penal); Projeto de Lei n.º 771/XIV/2.ª (PAN): Consagra a natureza pública dos crimes de violação, de coação sexual, de fraude sexual, de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência e de procriação artificial não consentida e alarga os prazos de prescrição de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores e do crime de mutilação genital feminina, procedendo à alteração do Código Penal e do Código de Processo Penal; Projeto de Lei n.º 772/XIV/2.ª (NinscJKM): - Proceda a uma alteração do Código Penal, atribuindo a natureza de crime público aos crimes de coação sexual, violação e abuso sexual de pessoa incapaz de**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 52/XIV/2.ªSL

resistência, garantindo a conformidade deste diploma com a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul)

Relatora: Deputada Cláudia Santos (PS)

5. Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 72/XIV/2.ª (GOV) - Aprova a Lei-quadro do estatuto de utilidade pública;

6. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 180/XIV/2.ª - Eleições presidenciais - voto por via de correspondência postal para cidadãos residentes no estrangeiro;

Relator: Deputado Hugo Carneiro (PSD)

7. Discussão e votação dos seguintes requerimentos:

- Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PAN, para audição urgente do Senhor Ministro da Administração Interna sobre limpeza dos terrenos e prevenção contra incêndios neste período excecional da COVID-19;

- Requerimento apresentado pelo Deputado único representante do partido CH, para audição do Presidente do Conselho Superior de Magistratura, Juiz Conselheiro Dr. António Joaquim Piçarra, sobre possíveis anomalias na distribuição de processos relativamente a casos graves de criminalidade económico-financeira, nomeadamente no Tribunal Central de Instrução Criminal, mas também relativamente a movimentações noutros tribunais, segundo notícias veiculadas nos últimos dias por diferentes meios de comunicação social.

8. Outros assuntos.

Aberta a [reunião](#) pelo Senhor Presidente, Deputado Luís Marques Guedes, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

PROPOSTAS DE LEI

| N.º AUTOR | ASSUNTO | ADMISSÃO PUBLICAÇÃO | BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE | DISTRIBUIÇÃO COMISSÃO | NOMEAÇÃO RELATOR DATA |
|----------------------|--|---------------------|-----------------------------|-----------------------|----------------------------|
| PPL 83/XIV/2.ª (GOV) | Autoriza o Governo a legislar sobre o regime jurídico do ensino individual e do ensino doméstico Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto Em conexão com a 1.ª Comissão | 12-04-2021 | 12-04-2021 | 14-04-2021 | Comunicado na 1.ª Comissão |

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 52/XIV/2.ªSL

PROJETOS DE LEI

| N.º AUTOR | ASSUNTO | ADMISSÃO PUBLICAÇÃO | BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE | COMUNICAÇÃO EM COMISSÃO | NOMEAÇÃO DE RELATOR E CONSULTAS A PROMOVER |
|-----------------------|--|---------------------|-----------------------------|-------------------------|---|
| PJL 749/XIV/2.ª (PEV) | Procede à revogação das Autorizações de Residência para Atividade de Investimento (vistos gold) 22-03-2021 - Baixa 6.ª Comissão, que solicitou a redistribuição à 1.ª Comissão - Despacho PAR 05-04-2021 | 05-04-2021 | 05-04-2021 | 14-04-2021 | Foram promovidas pela 6.ª Comissão as seguintes consultas: ANMP ANAFRE, CSM, CSTAF; CSMP; OA Alto Comissariado para as Migrações Relatora Deputada Romualda Fernandes (PS) |
| PJL 779/XIV/2.ª (PAN) | Reconhecimento do estatuto de vítima às crianças que testemunhem ou vivam em contexto de violência doméstica, alterando a Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas, e o Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro | 07-04-2021 | 07-04-2021 | 14-04-2021 | Consultas a promover: CSM, CSMP, OA, Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes e Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens Relatora Deputada Sandra Cunha (BE) |
| PJL 780/XIV/2.ª (PS) | Proíbe a discriminação em razão da identidade de género ou orientação sexual na elegibilidade para dar sangue 1.ª Comissão competente Em conexão com a 9.ª Comissão (Saúde) | 07-04-2021 | 07-04-2021 | 14-04-2021 | Consultas a promover: CSM, CSMP, OA, Instituto Português do Sangue e Transplantação, I.P., Direção-Geral da Saúde Relatora Deputada Emília Cerqueira (PSD) |
| PJL 781/XIV/2.ª (PS) | Aprova um regime de prevenção da atividade financeira não | 07-04-2021 | 07-04-2021 | 14-04-2021 | Comunicado na 1.ª Comissão |

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 52/XIV/2.ªSL

| | | | | | |
|------------------------------|--|------------|------------|-------------------|---|
| | <p>autorizada com vista à tutela dos direitos dos consumidores</p> <p>Competente – 5.ª Comissão (Orçamento e Finanças) Em conexão com a 1.ª Comissão</p> | | | | |
| <p>PJL 783/XIV/2.ª (BE)</p> | <p>Interdita as corridas de galgos e de outros animais da família canídea enquanto práticas contrárias ao comportamento natural dos animais</p> <p>Competente – 7.ª Comissão (Agricultura e Mar) Em conexão com a 1.ª Comissão</p> | 09-04-2021 | 09-04-2021 | 14-04-2021 | <p>Deputado Pedro Delgado Alves (PS) 14-04-2021</p> |
| <p>PJL 787/XIV/2.ª (PCP)</p> | <p>Regime Jurídico da Partilha de Dados Informáticos</p> <p>Competente - 1.ª Comissão Em conexão com a 12.ª Comissão (Cultura e Comunicação)</p> | 09-04-2021 | 09-04-2021 | 14-04-2021 | <p><i>Consultas a promover:</i> <i>OA, CSM, CSMP e IGAC</i> Agendada para Plenário - 22.04 (por arrastamento com PJL 706 (PS))</p> <p>Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) 14-04-2021</p> |
| <p>PJL 789/XIV/2.ª (PSD)</p> | <p>Procede à primeira alteração à Lei n.º 75/2020, de 27 de novembro, relativa ao processo extraordinário de viabilização de empresas (PEVE)</p> <p>Competente - 1.ª Comissão Em conexão com a 6.ª Comissão (Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação)</p> | 09-04-2021 | 09-04-2021 | 14-04-2021 | <p><i>Consultas a promover:</i> <i>OA, CSM, CSMP, OSAE,</i></p> <p>Deputada Joana Sá Pereira (PS) 14-04-2021</p> |
| <p>PJL 792/XIV/2.ª (PCP)</p> | <p>Altera a Lei da Defesa Nacional (2.ª alteração à Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho)</p> <p>Competente – 3.ª Defesa Nacional) Em conexão com a 1.ª Comissão</p> | 13-04-2021 | 13-04-2021 | 14-04-2021 | <p><i>Comunicado na 1.ª Comissão</i></p> |
| <p>PJL 795/XIV/2.ª (JKM)</p> | <p>Altera o artigo 250º do Código de Processo</p> | 13-04-2021 | 13-04-2021 | 14-04-2021 | <p><i>Consultas a promover:</i></p> |

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 52/XIV/2.ªSL

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|---|
| | Penal, para uma abordagem na identificação de suspeitos que salvaguarde os direitos processuais e as liberdades fundamentais das pessoas racializadas, limitando a discricionariedade policial baseada em estereótipos raciais | | | | OA, CSM, CSMP, Deputado António Filipe (PCP) |
|--|--|--|--|--|---|

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

| N.º AUTOR | ASSUNTO | ADMISSÃO PUBLICAÇÃO | BAIXA COMISSÃO | ANÚNCIO COMISSÃO | DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO |
|--------------------|--|---------------------|----------------|------------------|--|
| 1181/XIV/2.ª (PCP) | Recomenda ao Governo a revisão das carreiras profissionais da Polícia de Segurança Pública | 07-04-2021 | 07-04-2021 | 14-04-2021 | Discussão em Comissão |

No segundo ponto, o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) foi nomeado Relator do parecer sobre o Relatório Anual de 2020 sobre o funcionamento da Base de Dados de Perfis de ADN.

No terceiro ponto, foi anunciada a baixa à Comissão do [projeto de voto n.º 532/XIV/2.ª \(Ninsc JKM\)](#) - De saudação pelo Dia Internacional do Povo Cigano.

No ponto seguinte, foi, em primeiro lugar, apreciado o parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 706/XIV/2.ª \(PS\)](#) - *Delimita as circunstâncias em que deve ser removido ou impossibilitado o acesso em ambiente digital a conteúdos protegidos, bem como os procedimentos e meios para alcançar tal resultado*, que foi apresentado pela respetiva Relatora, Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD), e, no final, submetido a

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 52/XIV/2.ªSL

votação, aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do PAN e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira.

Seguiu-se a apreciação do [parecer](#) sobre o [Projeto de Lei n.º 720/XIV/2.ª \(BE\)](#) - *Medidas de proteção das Vítimas de Violência Doméstica no âmbito dos direitos laborais, da Segurança Social e da Habitação (9.ª alteração ao regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas, aprovado pela lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, e 2.ª alteração ao regime de concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica, aprovado pela lei n.º 104/2009, de 14 de setembro)*, que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Elza Pais (PS) e, após intervenções da Senhora Deputada Lina Lopes (PSD) e do Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE), foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do PAN e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira.

Por fim, procedeu-se à apreciação do [parecer](#) sobre os [Projetos de Lei n.ºs 768/XIV/2.ª \(CDS-PP\)](#) - *Consagra a natureza de crimes públicos dos crimes de ameaça e de coação, adequando-os ao crime de violência doméstica (quingüagésima terceira alteração ao Código Penal)*; [771/XIV/2.ª \(PAN\)](#) - *Consagra a natureza pública dos crimes de violação, de coação sexual, de fraude sexual, de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência e de procriação artificial não consentida e alarga os prazos de prescrição de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores e do crime de mutilação genital feminina, procedendo à alteração do Código Penal e do Código de Processo Penal* e [772/XIV/2.ª \(NinscJKM\)](#) - *Procede a uma alteração do Código Penal, atribuindo a natureza de crime público aos crimes de coação sexual, violação e abuso sexual de pessoa incapaz de resistência, garantindo a conformidade deste diploma com a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul)*, que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Cláudia Santos (PS), após o que foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, na ausência do PAN.

Em seguida, foi adiada, a pedido do Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP), a discussão e votação na especialidade da [Proposta de Lei n.º 72/XIV/2.ª \(GOV\)](#) - *Aprova*

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 52/XIV/2.^aSL

a *Lei-quadro do estatuto de utilidade pública*, por estarem em apreciação propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS com antecedência reduzida relativamente à data da reunião e que careciam de análise mais aprofundada.

No sexto ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD) apresentou o seu relatório final da [Petição n.º 180/XIV/2.^a](#) - *Eleições presidenciais - voto por via de correspondência postal para cidadãos residentes no estrangeiro*.

Após a apresentação do relatório, intervieram os Senhores Deputados António Filipe (PCP), José Manuel Pureza (BE), Telmo Correia (CDS-PP), Pedro Delgado Alves (PS), Paulo Porto (PS) e o Senhor Presidente, a título pessoal.

Os Senhores Deputados António Filipe (PCP), José Manuel Pureza (BE) e Pedro Delgado Alves (PS) manifestaram reservas quanto à proposta de apreciação da petição em Plenário, bem como sobre a posição defendida pelo Relator acerca da pretensão dos peticionários de exercício por correspondência do direito de voto, por parte dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro, em todos os atos eleitorais, tendo o Senhor Presidente defendido a necessidade de agilização da participação destes cidadãos e recordado a intervenção do PSD na consagração constitucional e legal dessa participação.

Na sequência do debate, foi adiada a votação do relatório final, tendo o Relator anunciado que faria distribuir uma reformulação do seu projeto de relatório, de modo a acomodar a parte da sua opinião de forma autónoma, a qual constituiria a fundamentação da sua proposta de apreciação da petição em Plenário.

Na ausência dos requerentes, foi adiada a discussão e votação dos requerimentos apresentados pelo Grupo Parlamentar do PAN, para audição do Ministro da Administração Interna sobre limpeza dos terrenos e prevenção contra incêndios neste período excecional da COVID-19, e pelo Deputado único representante do partido CH - para audição do Presidente do Conselho Superior de Magistratura, Juiz Conselheiro Dr. António Joaquim Piçarra, sobre possíveis anomalias na distribuição de processos relativamente a casos graves de criminalidade económico-financeira, nomeadamente

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 52/XIV/2.^aSL

no Tribunal Central de Instrução Criminal, mas também relativamente a movimentações noutros tribunais.

No último ponto, reservado a outros assuntos, o Senhor Presidente anunciou que o Senhor Ministro da Administração Interna requerera o adiamento da sua subsequente audiência regimental, a qual ficaria acertada para 1 ou 2 de junho, data que seria comunicada logo que confirmada.

Anunciou ainda a baixa à Comissão, sem votação, para nova apreciação, por 15 dias, das seguintes iniciativas legislativas, sobre matéria eleitoral autárquica:

| | |
|--------------------------------------|--|
| PJL 690/XIV/2. ^a (CDS-PP) | 11.^a alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto (Regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais), em matéria de candidaturas propostas por Grupos de Cidadãos Eleitores |
| PJL 694/XIV/2 (PAN) | Assegura a suspensão de vigência das alterações que limitam os direitos de candidatura dos pequenos partidos e dos grupos de cidadãos eleitores, aprovadas pela Lei Orgânica n.º 1-A/2020, de 21 de agosto, durante o ano de 2021, e procede à décima primeira alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto |
| PJL 710/XIV/2. ^a (PS) | Clarifica e simplifica procedimentos de apresentação de candidaturas por grupos de cidadãos eleitores aos órgãos das autarquias locais, procedendo à décima primeira alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais |
| PJL 715/XIV/2. ^a (PSD) | Consagra um regime excecional e temporário, no âmbito da situação epidemiológica provocada pelo Vírus SARS-COV2 e pela doença Covid-19, de redução do número de proponentes necessários à apresentação de candidaturas de grupos de cidadãos às eleições gerais para os órgãos das autarquias locais a realizar em 2021, bem como procede à vigésima terceira alteração à Lei Eleitoral do Presidente da República, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, e à décima primeira alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a Eleição dos Órgãos das Autarquias Locais |
| PJL 719/XIV/2. ^a (BE) | Pela reposição das condições de participação cívica e eleitoral cidadã (11.^a alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto e 6.^a alteração à Lei n.º 43/90, de 10 de agosto) |
| PJL 728/XIV/2. ^a (IL) | Altera a Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais (11.^a Alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto) |
| PJL 730/XIV/2. ^a (PCP) | Altera a lei que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais em matéria de inelegibilidades especiais (11.^a alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais, alterada pelas Leis Orgânicas n.ºs 5-A/2001, de 26 de novembro, 3/2005, de 29 de agosto, 3/2010, de 15 de dezembro, e 1/2011, de 30 de novembro, pela Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, e pelas Leis Orgânicas n.ºs 1/2017 e 2/2017, de 2 de maio, 3/2018, de 17 de agosto, 1-A/2020, de 21 de agosto e 4/2020, de 11 de novembro). |
| 757/XIV/2. ^a (Ninsc CR) | Reforça a participação política dos grupos de cidadãos eleitores |
| 759/XIV/2. ^a (IL) | Elimina o dia de reflexão e modifica os períodos de votação |



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 52/XIV/2.ªSL

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de abril de 2021

O Presidente da Comissão

(Luís Marques Guedes)



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 52/XIV/2.ªSL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia Santos (PS)
Elza Pais (PS)
Francisco Pereira Oliveira (PS)
Isabel Rodrigues (PS)
Joana Sá Pereira (PS)
José Magalhães (PS)
Pedro Delgado Alves (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Romualda Fernandes (PS)
André Coelho Lima (PSD)
André Neves (PSD)
Artur Soveral Andrade (PSD)
Luís Marques Guedes (PSD)
Márcia Passos (PSD)
Mónica Quintela (PSD)
Sandra Pereira (PSD)
Sara Madruga Da Costa (PSD)
António Filipe (PCP)
Telmo Correia (CDS-PP)
André Ventura (CH)
Joacine Katar Moreira (NINSC)
Ana Paula Vitorino (PS)
Paulo Porto (PS)
Susana Amador (PS)
Carlos Peixoto (PSD)
Duarte Marques (PSD)
Emília Cerqueira (PSD)
Hugo Carneiro (PSD)
Lina Lopes (PSD)
Beatriz Gomes Dias (BE)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Alves Moreira (PS)
Sandra Cunha (BE)
Inês De Sousa Real (PAN)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:
